

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



ESTADO DO AMAPÁ

# Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

## I I Concurso Público para provimento de cargos vagos

### Analista Legislativo – Atividade Orçamentária e Financeira e de Controle Interno

#### Especialidade: Contador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de especialidade.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Distribuição justa**

*A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?*

*A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.*

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes e lisura do processo* constituem
  - (A) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
  - (B) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
  - (C) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
  - (D) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
  - (E) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.

---

2. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
  - (A) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
  - (B) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
  - (C) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
  - (D) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
  - (E) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
  - (B) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
  - (C) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.
  - (D) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
  - (E) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.

---

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
  - (B) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
  - (C) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
  - (D) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
  - (E) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.

---

5. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
  - (A) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
  - (B) Caso não se retenham seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
  - (C) Como eles não requiseram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.
  - (D) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
  - (E) À medida que se recomprem as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm
- (A) salienta a importância que tiveram as metas do século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
  - (B) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
  - (C) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.
  - (D) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
  - (E) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.
- 
7. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído* (1º parágrafo).
  - (B) *alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica* (2º parágrafo).
  - (C) *ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras”* (2º parágrafo).
  - (D) *a segunda era são os anos dourados / paz congelada* (3º parágrafo).
  - (E) *caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política* (4º parágrafo).
- 
8. *Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.*
- A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento
- (A) *dá-se o desmoronamento por propiscia-se a ruína.*
  - (B) *em que caem por terra por em cujo se solapam.*
  - (C) *desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.*
  - (D) *sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.*
  - (E) *limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.*
- 
9. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
  - (B) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
  - (C) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.
  - (D) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
  - (E) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) em cuja gravidade – lhes solucionamos – suas consequências  
(B) cuja gravidade – os solucionamos – suas consequências  
(C) da qual gravidade – solucionamo-los – as consequências dos mesmos  
(D) onde a gravidade – lhes solucionamos – as próprias consequências  
(E) a gravidade de cujos – os solucionamos – as consequências em si mesmas

### Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a  $\frac{2}{3}$  da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.  
(B) 60 dias.  
(C) 270 dias.  
(D) 45 dias.  
(E) 171 dias.

12. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) não é contorcionista nem equilibrista.  
(B) não é malabarista.  
(C) é equilibrista ou não é contorcionista.  
(D) é equilibrista ou contorcionista.  
(E) é malabarista e não é equilibrista.

13. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 2,5%  
(B) 0,5%  
(C) 1%  
(D) 0,1%  
(E) 5%

14. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 25  
(B) 27  
(C) 24  
(D) 26  
(E) 28

### Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

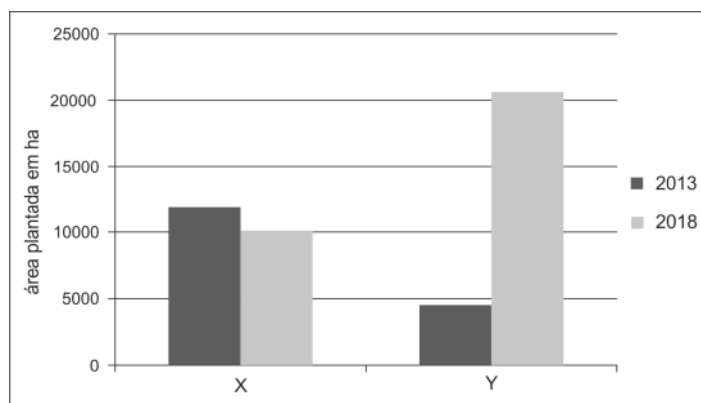
- (A) Calçoene.  
(B) Mazagão.  
(C) Santana.  
(D) Laranjal do Jari.  
(E) Vitória do Jari.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
  - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
  - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.
  - predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
  - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.

17. Considere o gráfico abaixo.

**Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)**



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.
- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.

**Atenção:** As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
  - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
  - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.
  - a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
  - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
19. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
  - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
  - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
  - um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
  - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
20. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
  - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
  - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
  - criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
  - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

21. Uma Assembleia Legislativa Estadual, por meio de processo licitatório, adquiriu três lotes de cartuchos para impressora em três datas diferentes durante o exercício financeiro de 2018. Os cartuchos foram utilizados no primeiro trimestre do exercício financeiro de 2019. De acordo com a NBC TSP 04, o estoque de cartuchos para impressora
- deve ser mensurado pelo seu valor realizável líquido, se este for menor do que o seu valor de custo.
  - deve ser mensurado pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis de 31/12/2018.
  - deve ser mensurado pelo seu custo corrente de reposição, se este for maior do que o seu valor de custo.
  - pode ser valorado pelo critério último a entrar, primeiro a sair – UEPS.
  - deve ter o seu valor contábil reconhecido como despesa no resultado patrimonial no momento da entrega dos bens pelo fornecedor.
- 
22. De acordo com a NBC TSP 06, um terreno mantido por uma entidade pública estadual com a finalidade de valorização do capital deve ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo
- valor de reavaliação ou pelo custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.
  - valor justo ou pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
  - custo de reposição ou pelo valor justo.
  - valor em uso ou pelo valor justo líquido de despesas de vendas.
  - valor justo ou pelo valor de reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- 
23. De acordo com a NBC TSP 09, para a determinação do valor presente do potencial de serviços remanescente de um ativo não gerador de caixa pode ser utilizada a abordagem do
- valor justo líquido de despesas de vendas.
  - valor realizável líquido.
  - custo de recuperação amortizado.
  - custo de oportunidade depreciado.
  - custo de reposição depreciado.

**Atenção:** Para responder às questões de números 24 e 25, considere as informações, extraídas das demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2018:

Receita Orçamentária Lançada.....	R\$ 98.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada.....	R\$ 93.500.000,00
Dotação Atualizada.....	R\$ 100.000.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada.....	R\$ 96.700.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada.....	R\$ 94.900.000,00
Transferências Financeiras Recebidas.....	R\$ 1.300.000,00
Devolução de Depósito Caução.....	R\$ 800.000,00
Pagamento de Restos a Pagar.....	R\$ 8.500.000,00
Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado.....	R\$ 6.700.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2018.....	R\$ 12.400.000,00

24. Com base nessas informações e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2018 foi
- deficitário em R\$ 3.200.000,00.
  - deficitário em R\$ 1.400.000,00.
  - superavitário em R\$ 1.300.000,00.
  - superavitário em R\$ 3.100.000,00.
  - deficitário em R\$ 1.900.000,00.
- 
25. Com base nessas informações, o resultado financeiro apurado por meio do Balanço Financeiro referente ao ano de 2018 foi
- negativo em R\$ 11.200.000,00.
  - positivo em R\$ 2.000.000,00.
  - negativo em R\$ 100.000,00.
  - negativo em R\$ 5.500.000,00.
  - positivo em R\$ 1.200.000,00.



26. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas Dotação Inicial, Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho e Perdas com Alienação pertencem, respectivamente, às classes
- (A) 5, 8 e 3.
  - (B) 5, 7 e 3.
  - (C) 5, 8 e 4.
  - (D) 6, 8 e 1.
  - (E) 6, 7 e 4.

27. Considere as transações ocorridas no mês de setembro de 2019 em uma Assembleia Legislativa Estadual:
- Empenho e liquidação de despesa com material de expediente no valor de R\$ 300.000,00. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em outubro de 2019.
  - Arrecadação de receitas de aluguel no valor de R\$ 35.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2019.
  - Lançamento de Receitas de Serviços no valor de R\$ 300.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de setembro de 2019 e foram arrecadadas em outubro de 2019.
  - Pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 8.400.000,00. A despesa foi empenhada e liquidada em agosto de 2019.
  - Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 8.430.000,00 referente ao mês de setembro de 2018. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em outubro de 2019.
  - Reconhecimento da depreciação mensal do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 960.000,00.
  - Consumo de material de expediente no valor de R\$ 269.000,00 na prestação de serviços à população.
  - Recebimento de Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 10.100.000,00 referentes ao mês de setembro de 2019.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, no mês de setembro de 2019, o resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2019 foi

- (A) aumentado em R\$ 710.000,00.
  - (B) aumentado em R\$ 776.000,00.
  - (C) aumentado em R\$ 741.000,00.
  - (D) reduzido em R\$ 9.359.000,00.
  - (E) reduzido em R\$ 9.329.000,00.
28. Em 31/12/2018, uma Assembleia Legislativa Estadual realizou o pagamento no valor de R\$ 3.600,00 referente ao seguro de um dos seus veículos que é utilizado para a prestação de serviços à população, cuja vigência do seguro foi de 01/01/2019 a 31/12/2019. Sendo assim, no
- (A) mês de janeiro de 2019, foi reconhecida uma variação patrimonial qualitativa de R\$ 300,00.
  - (B) exercício financeiro de 2019, foi reconhecida uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 3.600,00.
  - (C) exercício financeiro de 2019, houve a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
  - (D) mês de janeiro de 2019, houve a liquidação de restos a pagar não processados no valor de R\$ 300,00.
  - (E) exercício financeiro de 2018, houve a redução do patrimônio líquido no valor de R\$ 3.600,00.

#### Administração Financeira e Orçamentária

29. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual de um ente estadual referente ao período de 2020 a 2023 deve
- (A) estabelecer orientações para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.
  - (B) ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
  - (C) conter as metas de resultados primário e nominal, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2020 a 2023.
  - (D) estabelecer as metas, para o referido período, para as despesas relativas a programas de duração continuada.
  - (E) estabelecer normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.
30. A Lei Orçamentária Anual de um ente público estadual
- (A) pode conter dispositivo que regula a instituição e o funcionamento de fundos.
  - (B) é específica para cada um dos poderes, ou seja, um ente estadual tem três leis orçamentárias diferentes.
  - (C) pode conter dispositivo que garanta a aplicação de, no mínimo, 10% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em ações de urbanismo.
  - (D) pode deixar de computar os recursos oriundos das operações de crédito com vencimento no longo prazo no total das receitas orçamentárias.
  - (E) deve computar a receita de alienação de bens pelo valor total e bruto a ser recebido e não pelo resultado a ser obtido com a alienação.



31. No Plano Plurianual de um determinado ente estadual referente ao período de 2016 a 2019, foi estabelecida a meta de pavimentação de 300 quilômetros de rodovias. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a avaliação do cumprimento dessa meta é uma das finalidades do sistema de controle
- (A) interno do Poder Executivo que deve ser mantido de forma independente.  
 (B) interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que deve ser mantido de forma integrada.  
 (C) interno do Poder Legislativo que deve ser mantido de forma independente.  
 (D) externo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que deve ser mantido de forma integrada.  
 (E) externo do Poder Judiciário que deve ser mantido de forma independente.

32. A receita orçamentária obtida por uma entidade pública estadual decorrente das inscrições dos candidatos em um concurso público deve ser classificada quanto à origem e à espécie, respectivamente, como
- (A) Contribuições; Contribuições Econômicas.  
 (B) Receita Corrente; Receita de Serviços.  
 (C) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais; Inscrição em Concursos e Processos Seletivos.  
 (D) Contribuições; Inscrição em Concursos e Processos Seletivos.  
 (E) Receita de Serviços; Serviços Administrativos e Comerciais Gerais.

33. Considere as seguintes informações extraídas do Orçamento da Despesa referente ao exercício financeiro de 2019 de uma Assembleia Legislativa Estadual:

	Em R\$
031 – Ação Legislativa.....	117.000.000,00
122 – Administração Geral .....	128.000.000,00
30 – Material de Consumo.....	85.000.000,00

Para a obtenção dessas informações, foram utilizadas as classificações da despesa orçamentária

- (A) funcional e por estrutura programática.  
 (B) institucional e por grupo de natureza da despesa.  
 (C) funcional e por elemento de despesa.  
 (D) por estrutura programática e por elemento de despesa.  
 (E) por estrutura programática e por grupo de natureza da despesa.
34. Considere as informações a seguir extraídas das demonstrações contábeis de um ente público referentes ao exercício financeiro de 2018, cujos valores estão em reais:

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Amortização da Dívida	21.000.000,00	21.000.000,00	19.800.000,00	19.800.000,00	18.770.000,00
Inversões Financeiras	6.800.000,00	7.500.000,00	7.300.000,00	5.630.000,00	4.400.000,00
Investimentos	44.000.000,00	44.000.000,00	38.000.000,00	34.500.000,00	33.800.000,00
Juros e Encargos da Dívida	900.000,00	900.000,00	750.000,00	730.000,00	690.000,00
Outras Despesas Correntes	80.000.000,00	85.000.000,00	83.000.000,00	82.500.000,00	63.900.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	120.000.000,00	125.000.000,00	123.000.000,00	118.000.000,00	113.000.000,00

Com base nessas informações, o valor inscrito em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2018 em decorrência da execução orçamentária da despesa de capital foi, em reais,

- (A) 8.130.000,00.  
 (B) 3.000.000,00.  
 (C) 2.960.000,00.  
 (D) 5.170.000,00.  
 (E) 5.190.000,00.
35. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) a receita patrimonial lançada em dezembro 2018 e arrecadada em janeiro de 2019 deve compor o montante da Receita Corrente Líquida referente ao exercício financeiro de 2018.  
 (B) o ente público que deixar de instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos da sua competência fica vedado de receber transferências legais e constitucionais.  
 (C) as despesas, computadas de acordo com o regime de competência, relativas a incentivos concedidos a servidores decorrentes de um programa de demissão voluntária devem compor o montante da despesa total com pessoal.  
 (D) o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde por parte do beneficiário é uma das exigências para a realização de transferências decorrentes de convênios vinculados à cultura.  
 (E) a operação de crédito com prazo inferior a doze meses, cujo montante foi previsto no orçamento de 2018 e a finalidade foi a restauração de um bem do patrimônio histórico, deve compor a dívida pública flutuante no momento de sua obtenção.





### Contabilidade Geral

36. A Cia. Gama obteve, em 31/12/2017, as seguintes informações sobre as participações societárias que tinha em outras empresas:

Empresa investida	Classificação em relação à Cia. Gama	Percentual de Participação da Cia. Gama no Capital Total da empresa investida	Resultado da empresa investida no ano de 2017 (Em R\$)
Delta S.A.	Controlada	80%	Prejuízo de 200.000,00
Alfa S.A.	Coligada	30%	Lucro de 400.000,00
Luz S.A.	Não sofre influência significativa	10%	Lucro de 100.000,00

Sabendo que as empresas Delta, Alfa e Luz possuem apenas ações ordinárias e que não existiam resultados não realizados entre a Cia. Gama e suas investidas, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado nas demonstrações individuais da Cia. Gama, em 2017, foi, em reais,

- (A) 300.000,00, positivo.
- (B) 200.000,00, positivo.
- (C) 40.000,00, negativo.
- (D) 30.000,00, negativo.
- (E) 160.000,00, negativo.

37. A Cia. Negocia Tudo adquiriu, em 01/10/2018, produtos para serem revendidos. Os produtos foram adquiridos à vista por R\$ 210.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 33.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 22.000,00. Adicionalmente, a Cia. contratou e pagou frete e seguro, exclusivamente para transporte dos produtos adquiridos até seu depósito, no valor total de R\$ 10.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 1.000,00.

Em 25/10/2018, a Cia. revendeu todos estes produtos por R\$ 400.000,00, à vista, sendo que o valor dos tributos incidentes sobre a venda foi R\$ 70.000,00. O valor do lucro bruto apurado pela Cia. Negocia Tudo no mês de outubro de 2018 foi, em reais,

- (A) 144.000,00.
- (B) 166.000,00.
- (C) 132.000,00.
- (D) 153.000,00.
- (E) 190.000,00.

38. Considere as seguintes informações sobre a empresa Verde & Branco correspondentes ao ano de 2018:

- A empresa apurou no ano Lucro Líquido de R\$ 320.000,00.
- Ocorreu aumento do Capital Social no valor total de R\$ 120.000,00, sendo R\$ 50.000,00 com incorporação de reservas de lucros e R\$ 70.000,00 em dinheiro.
- A destinação do lucro líquido do período foi a seguinte:
  - Reserva Legal no valor de R\$ 16.000,00.
  - Reserva Estatutária no valor de R\$ 32.000,00.
  - Reserva para expansão no valor de R\$ 100.000,00.
  - Dividendos Obrigatórios no valor de R\$ 75.000,00.
  - Dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 97.000,00.
- A empresa vendeu por R\$ 80.000,00 Ações em Tesouraria que haviam sido adquiridas em 2017 por R\$ 45.000,00.

Sabendo que estes foram os únicos eventos que afetaram o Patrimônio Líquido da empresa em 2018, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) do período evidenciou um aumento no Patrimônio Líquido da empresa no valor total, em reais, de

- (A) 298.000,00.
- (B) 395.000,00.
- (C) 253.000,00.
- (D) 445.000,00.
- (E) 400.000,00.



39. Em 01/01/2016, a Cia. Peso Leve adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 3.400.000,00. Na data da aquisição, a vida útil definida para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado foi R\$ 200.000,00. Em 01/01/2017, a Cia. reavaliou a condição de uso do equipamento, estabeleceu a vida útil remanescente em 15 anos e o novo valor residual estimado em R\$ 240.000,00. Sabendo que a Cia. Peso Leve utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,
- (A) 2.600.000,00.
  - (B) 2.528.000,00.
  - (C) 2.768.000,00.
  - (D) 2.640.000,00.
  - (E) 2.840.000,00.

40. A Cia. Gera Caixa realizou as seguintes transações durante o ano de 2018:
- Recebimento de R\$ 120.000,00 de Duplicatas a Receber de Clientes.
  - Recebimento de R\$ 150.000,00 referentes à venda de ações em tesouraria.
  - Pagamento de R\$ 200.000,00 para diversos fornecedores de produtos para revenda.
  - Pagamento de R\$ 80.000,00 referentes aos salários de seus funcionários.
  - Recebimento de R\$ 300.000,00 referentes à venda de uma máquina que era utilizada na produção.
  - Pagamento de R\$ 250.000,00 referentes a um empréstimo (somente principal, não incluindo juros).
  - Pagamento de R\$ 500.000,00 referentes à aquisição de participação societária na empresa Flores S.A., a qual passou a ser uma coligada.
  - Recebimento de R\$ 120.000,00 referentes ao aumento de Capital Social.

Com base nas informações acima, na Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2018, o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e o Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, gerados ou consumidos pela Cia. e decorrentes exclusivamente do registro destas transações, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 200.000,00 consumidos – 20.000,00 gerados.
- (B) 200.000,00 consumidos – 130.000,00 consumidos.
- (C) 500.000,00 consumidos – 130.000,00 consumidos.
- (D) 500.000,00 consumidos – 20.000,00 gerados.
- (E) 50.000,00 consumidos – 130.000,00 consumidos.

41. A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:
- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
  - Perda por desvalorização (*impairment*): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

- (A) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
- (B) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.
- (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.

42. A Cia. Endividada obteve, em 30/11/2018, um empréstimo para financiar sua expansão. O valor do empréstimo foi R\$ 10.000.000,00 e o pagamento para sua liquidação integral (principal e juros) ocorrerá em 30/11/2020. A taxa de juros compostos negociada foi 12% a.a. e os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 50.000,00. Se o empréstimo é mensurado pelo método do custo amortizado, o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial da Cia. Endividada, em 30/11/2018, provocou um aumento líquido total de

- (A) R\$ 10.000.000,00, no passivo.
- (B) R\$ 8.800.000,00, no passivo.
- (C) R\$ 9.950.000,00, no passivo.
- (D) R\$ 10.000.000,00, no ativo.
- (E) R\$ 10.000.000,00 no passivo e uma redução no patrimônio líquido de R\$ 50.000,00.



43. A Cia. Só Problemas é uma empresa comercial e possuía, em 30/09/2019, a seguinte situação patrimonial:

- Disponível .....	R\$ 200.000,00
- Estoques .....	R\$ 50.000,00
- Fornecedores .....	R\$ 80.000,00
- Capital Social .....	R\$ 170.000,00

Durante o mês de outubro de 2019, a Cia. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
01/10	Venda de estoque a prazo pelo valor de R\$ 70.000,00, sendo que o estoque havia custado R\$ 20.000,00.
07/10	Pagamento de R\$ 40.000,00 ao fornecedor Pedro para que este entregue mercadorias para a empresa em dezembro de 2019.
11/10	Recebimento de R\$ 50.000,00 do cliente Diogo, assumindo o compromisso de entregar-lhe produtos em 31 de outubro de 2019.
17/10	Pagamento de fornecedores no valor de R\$ 30.000,00.
23/10	Reconhecimento de um processo trabalhista em que o valor de perda provável é R\$ 20.000,00.
31/10	Pagamento dos salários dos funcionários correspondentes ao mês de outubro de 2019 no valor de R\$ 25.000,00.
31/10	Entrega, ao cliente Diogo, das mercadorias correspondentes ao valor que havia sido recebido em 11/10. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 15.000,00.

Após o registro das operações acima, o total do patrimônio líquido da Cia. Só Problemas, em 31/10/19, era, em reais,

- (A) 195.000,00.  
 (B) 230.000,00.  
 (C) 175.000,00.  
 (D) 210.000,00.  
 (E) 160.000,00.

44. Em 01/12/2018, a Cia. Líquida realizou três aplicações financeiras, cujas características são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2018 (R\$)
100.000,00	01/12/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	103.000,00
200.000,00	01/06/2020	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	204.000,00
300.000,00	01/08/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	305.000,00

Considerando as três aplicações financeiras em conjunto, o

- (A) valor apresentado, em 31/12/2018, no ativo da Cia., foi R\$ 612.000,00.  
 (B) impacto reconhecido, no resultado de dezembro de 2018, foi R\$ 10.000,00 positivo.  
 (C) valor apresentado, em 31/12/2018, no ativo da Cia., foi R\$ 609.000,00.  
 (D) impacto reconhecido, no resultado de dezembro de 2018, foi R\$ 12.000,00 positivo.  
 (E) valor apresentado, em 31/12/2018, no ativo da Cia., foi R\$ 610.000,00.

45. A Cia. Só Lucro adquiriu uma máquina, em 30/06/2016, por R\$ 500.000,00 à vista, definiu a vida útil da máquina em 9 anos e estimou o valor residual no final do prazo da vida útil em R\$ 140.000,00. A Cia. utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação e, em 31/12/2018, vendeu a máquina por R\$ 300.000,00, à vista. Na venda da máquina apurou-se

- (A) prejuízo no valor de R\$ 140.000,00.  
 (B) prejuízo no valor de R\$ 100.000,00.  
 (C) prejuízo no valor de R\$ 200.000,00.  
 (D) lucro no valor de R\$ 40.000,00.  
 (E) resultado igual a zero.

**Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública**

46. Acerca das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a Constituição Federal de 1988 dispõe:
- (A) Aplica-se a imunidade tributária, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - (B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
  - (C) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas aplica-se apenas às fundações de direito público e não às de direito privado.
  - (D) O afastamento eleitoral previsto no art. 38 da Constituição Federal de 1988 não se aplica aos servidores públicos da administração fundacional, apenas aos que atuam na administração direta e autárquica.
  - (E) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações, que possuem conselho fiscal para esse fim.
- 
47. O regime jurídico dos contratos administrativos, disciplinado na Lei nº 8.666/1993, prevê uma série de prerrogativas que favorecem a consecução do interesse público. Porém, a disciplina legal em tela NÃO confere à Administração a prerrogativa de
- (A) rescindir os contratos, unilateralmente, nos casos especificados na lei.
  - (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, independentemente de prévia defesa.
  - (C) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
  - (D) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, nos casos de serviços essenciais, na hipótese da necessidade de acautelamento administrativo de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
  - (E) fiscalizar a execução contratual.
- 
48. João Craveiro era servidor público do Estado do Amapá e, por força de doença incapacitante, foi aposentado por invalidez. Porém, um novo tratamento, baseado em células-tronco, possibilitou que ele recuperasse plenamente sua aptidão laboral. Assim, o referido servidor inativo pleiteou seu retorno ao cargo público de origem. À vista do relato e do que dispõe a Lei nº 66, de 03/05/1993, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Amapá,
- (A) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a aposentadoria é irrevogável e irretratável.
  - (B) será possível a reintegração do servidor no cargo, mas apenas por decisão judicial.
  - (C) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a vacância gera a extinção imediata do cargo.
  - (D) será possível a reversão do servidor ao cargo, desde que inspeção em Junta Médica Oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria e ateste a capacidade para o exercício do cargo.
  - (E) será possível a readaptação do servidor, que deve se dar em cargo de natureza inferior e menos exigente do ponto de vista físico e mental.
- 
49. A Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 02/06/1992, estabelece um regime de responsabilidade aplicável aos agentes públicos que cometerem atos considerados ímprobos, ali qualificados em várias espécies. Torquato Mendes é Secretário Municipal de Educação e ordenador de despesa, tendo determinado a contratação de obra pública para a construção de creche, sem que houvesse previsão na respectiva legislação orçamentária. Nessa hipótese, conclui-se que
- (A) não ocorreu ato de improbidade, pois se trata de obra voltada ao atendimento de interesse público relevante.
  - (B) ocorreu ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração pública.
  - (C) ocorreu ato de improbidade administrativa, que importa enriquecimento ilícito.
  - (D) não há como responsabilizar o Secretário Municipal, visto que tal regime de responsabilidade não se aplica aos agentes políticos.
  - (E) ocorreu ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.
- 
50. Acerca do Tribunal de Contas do Estado, a Constituição do Estado do Amapá estatui que
- (A) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem jurisdição em todo o território estadual, exceto na Capital, onde atua o Tribunal de Contas do Município.
  - (B) quatro dos membros do Tribunal de Contas são escolhidos pela Assembleia Legislativa, sendo que dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
  - (C) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
  - (D) os auditores do Tribunal de Contas são nomeados em confiança pelos Conselheiros, devendo a escolha recair em pessoas com ilibada reputação e idoneidade moral e dotadas de título de curso superior em direito, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.
  - (E) é requisito para ser Conselheiro do Tribunal de Contas ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública, ou, ao menos, ter mais de dez anos de exercício em função pública.